

Ângela Leão nega todas acusações, pede para ser questionada sobre “dívidas ocultas” e não sobre as suas casas

- Na sua audição, disse que está a ser vítima de perseguição por ser esposa do antigo Director-geral do SISE e questionou ao tribunal onde estão as mulheres dos dirigentes que também estiveram na concepção do projecto de protecção da zona económica exclusiva. Disse ainda que não conhece a Privinvest e que nunca recebeu dinheiro daquele grupo empresarial. Sobre os emails que trocou com Mabunda abordando pagamentos da Privinvest, disse que não vai falar sobre documentos extraídos de um computador que não é seu, pois suspeita que os mesmos podem ter sido forjados pelo Ministério Público.



Ângela Leão

- Apesar de ter dito que nunca esteve envolvida no projecto de protecção da zona económica exclusiva, pediu que lhe fossem colocadas perguntas relacionadas com as “dívidas ocultas” e não sobre os seus imóveis. Negou ter pago os imóveis que comprou e construiu com dinheiro do grupo Privinvest e disse que não gostaria de falar sobre as casas no tribunal por se tratar de um assunto privado. E aproveitou a audição para pedir desculpas aos réus Sidónio Siteo e Crimildo Manjate que, na sua óptica, são inocentes e só foram detidos porque fizeram negócio com ela.
- Questionada sobre a proveniência dos mais de 387 milhões de meticais que diz que entregou ao Fabião Mabunda para gerir e aplicar nas suas obras, Ângela Leão disse que como empresária em vários ramos e há muitos anos é natural movimentar aqueles valores. E porque o Ministério Público repetiu que 387 milhões de meticais era muito dinheiro, a ré disse que era relativo. A audição da ré prossegue hoje com a defesa a colocar as perguntas.

De fato laranja, Ângela Leão, 44 anos, esposa de Gregório Leão, à data dos factos Director-geral do Serviço de Informação e Segurança de Estado (SISE), respondeu ontem às perguntas do tribunal, do Ministério Público e da Ordem dos Advogados de Moçambique (OAM), assistente no processo, todas relacionadas com o seu envolvimento no escândalo financeiro das “dívidas ocultas”. Única mulher que continua detida no âmbito do Processo N° 18/2019-C, Ângela Leão é apontada pelo Ministério Público como tendo sido a pessoa que esteve em frente das negociações e da gestão dos mais de 387 milhões de meticais pagos no interesse dela e do marido pelo grupo Privinvest e pela Txopela Investments, através da M Moçambique Construções, empresa do seu Fabião Mabunda.

O valor foi pago a título de suborno ao antigo Director-geral do SISE pelo papel que desempenhou na concepção dos projectos das empresas ProIndicus, EMATUM e MAM, bem como na sua viabilização através da solicitação de emissão de garantias do Estado para a obtenção de créditos de financiamento. Mas Ângela Leão disse que nunca teve ligação com Privinvest e que não recebeu dinheiro transferido por aquele grupo empresarial. No fundo, a ré repetiu a narrativa de Fabião Mabunda.

Ângela Leão disse que não tem nenhuma relação com o grupo Privinvest e que a primeira vez que ouviu falar da empresa foi na imprensa. E o juiz questionou: “Se não conhecia o grupo Privinvest, como é que explica que, a 12 de Maio de 2014, um dia antes de Fabião Mabunda receber da Privinvest a quantia de 1.700.000 dólares, tenha enviado um email com o assunto “Confirme”, anexando um bordereaux que comprovava a transferência que veio a reflectir na conta de Mabunda no dia seguinte, 13 de Maio de 2014”. A ré negou ter enviado o email e, quando convidada a ver, recusou-se. “Abriram o computador de Mabunda em frente dele? Como vamos ter a veracidade desses documentos? Esses documentos foram vi-



Créditos O País

ciados”, acusou.

O Ministério Público também confrontou a ré com emails trocados com Fabião Mabunda. E citou o email de 27 de Março de 2014 enviado à ré por Fabião Mabunda com a seguinte informação: “Na factura em anexo falta por pagar 1.925.000 dólares. A ré mandou um email com seguinte teor: “Não percebi, Mabunda. Querias uma factura no valor de um, como temos feito?”. No dia seguinte, 28 de Março de 2014, Fabião Mabunda enviou por email a factura nº 73, referente ao pagamento de dois (2) milhões de dólares, emitida pela M Moçambique Construções Lda para a Privinvest Shipbuilding. Ângela Leão voltou a pôr em causa a autenticidade dos emails e disse que se recusava a responder sobre tudo o que foi extraído do computador de Mabunda.

Quando lhe foi colocada uma pergunta relacionada com o seu marido, a ré emocionou-se. “Eu estou presa por causa do meu marido e isso deixa-me emocionada. Estou aqui por ser esposa do antigo Director-geral do SISE. Porquê é que a vida do casal Leão tem de ser divulgada”. O juiz, naquele seu

jeito calmo, advertiu a ré: “Não está aqui apenas por ser mulher do senhor Gregório Leão. Está aqui pelos crimes que o Ministério Público lhe imputa e foi pronunciada pelo tribunal”. Mas Ângela Leão não estava para menos: “Onde estão as esposas dos senhores que estiveram na concepção do projecto. O senhor juiz não acha estranho a ausência delas aqui?”

Ângela Leão chegou mesmo a perguntar ao tribunal porquê razão nunca é questionada sobre as dívidas não declaradas. “Quando fui chamada à PGR antes de ser presa, disseram que me queriam ouvir sobre as dívidas não declaradas. Mas nunca me perguntaram sobre isso. Sempre querem saber dos meus imóveis”. E o juiz reagiu logo: “Essas dívidas têm muitos nomes, mas a ré está a aqui a falar mesmo das dívidas. Não estamos a falar de outra coisa. Queremos saber se aquele dinheiro das dívidas foi ou não usado para comprar suas casas. É para termos a certeza e não dúvidas. A questão que se coloca aqui é saber se as suas casas foram compradas ou não com o dinheiro das dívidas ocultas”. E a ré insistiu: “Eu não

faço parte das pessoas que contrataram as dívidas. Onde estão essas pessoas?”.

À pergunta porquê é que os seus imóveis foram pagos com o dinheiro transferido do grupo Privinvest para a M Moçambique Construções, a ré respondeu: “As minhas casas foram pagas com o meu dinheiro, meu dinheiro, e não com o dinheiro do grupo Privinvest”. E o Ministério Público questionou se a ré tinha como provar. “Não tenho como provar porque estou presa. Eu entregava dinheiro ao Mabunda para fazer pagamentos. Mesmo sem dinheiro, eu ia atrás e conseguia, mesmo pedindo emprestando. Mas neste momento não tenho documentos”. Questionada quanto dinheiro em numerário entregou ao Mabunda para pagar o imóvel do Bairro Costa do Sol que custou 900 mil dólares, disse que não gostaria de responder.

Confirmou que comprou duas casas geminadas na Ponta D’Ouro, mas disse que não foram pagas com o dinheiro do grupo Privinvest. “Paguei com o meu dinheiro e não pode entrar Privinvest na minha relação com as casas e com Mabunda”. As duas casas custaram 300 mil dólares cada, mas a ré não aceitou falar sobre os preços. “Foi em numerário, mas não vou responder se foi em meticais ou dólares”. Confrontada com email seu com o seguinte conteúdo: “Caro Mabunda, peço a seguinte transferência: 12.950.000 meticais ao Sidónio Siteo”, Ângela Leão reagiu nos seguintes termos: “Se extraíram do computador de Mabunda, não vou responder”. O valor destinava-se a pagar a compra das casas. Consta que o dinheiro das rendas das casas de Ponta D’Ouro era canalizado na empresa denominada Leão Investments South Africa. Questionada se a empresa é



Créditos: Jornal Notícias

detida por ela ou pelo seu marido, disse que não gostaria de responder.

E porque na instrução preparatória disse que usou o crédito bancário de 93 milhões de meticais concedido pelo banco BCI para pagar os custos das casas, o Ministério Público lembrou que o financiamento foi em 2015, tempo depois de ter começado a adquirir imóveis. E mais: transferiu apenas 20 milhões de meticais para o seu gestor e empreiteiro Fabião Mabunda, sendo que outro valor foi transferido para familiares. Ângela Leão confirmou transferências a familiares, mas disse que os irmãos eram seus colaboradores e estavam envolvidos nas suas obras.

Na sua audição, Mabunda disse que usou mais de 387 milhões de meticais recebidos da Privinvest no interesse da Ângela Leão e usou o dinheiro em numerário que tinha recebido dela para devolver àquele grupo empresarial. O Ministério Público pediu à ré para dizer qual era a proveniência de tanto dinheiro. “O muito é relativo. E esse dinheiro não foi pago num único ano. Comecei a trabalhar com Fabião Mabunda em 2012 e não foi só a ele que paguei dinheiro. Eu sou empresária em várias áreas antes de casar com Gregório, é muito natural ter tido esse valor ou muito mais. Movimento esses valores, mesmo agora que estou presa”.

Ré pede desculpas aos réus que ficaram detidos “apenas” porque tiveram uma relação empresarial com ela

Ângela Leão confirmou conhecer o réu Cipriano Mutota, oficial do SISE e sócio na empresa MULEPE. Ela passou a integrar a estrutura acionista da MULEPE em 2013, quando seu primo Benjamin Buque Gonçalves cedeu a sua participação na empresa. Perguntada se sabia que Benjamin Buque Gonçalves representava os interesses de Gregório Leão na MULEPE, Ângela Leão respondeu negativamente. Confirmou também conhecer Leonardo Pene, outro sócio da MULEPE, mas como colega do seu marido no SISE. Disse que não conhece Jean Boustani, e Txopela Investments, empresa que terá transferido dinheiro proveniente do grupo Privinvest para a M Moçambique Construções, no seu interesse. Aliás, perguntada se teria recebido algum valor da Txopela Investments, absteve-se de responder.

À perguntada se teve informação sobre o projecto de protecção da zona económica exclusiva, a ré respondeu que tomou conhecimento através da imprensa. O Ministério Público fez saber que, durante a concepção do projecto de protecção da zona económica exclusiva, a MULEPE foi indicada como a empresa que iria participar como veículo na implementação do projecto. Mas a ré insistiu dizendo que nunca ouviu falar do projecto na MULEPE. “Quando eu entrei na MULEPE, Mutota era o executivo e tinha um papel determinante. Estávamos ainda a reestruturar a empresa e eu não tenho muitas informações sobre a MULEPE”.

Quanto ao réu António Carlos do Rosário, ela disse que foi seu professor no Instituto Superior de Relações Internacionais (ISRI), e mais tarde como colega do seu esposo,

no SISE. Mas negou ter tido uma relação de proximidade, nem interesses comerciais ou investimentos em comum com António Carlos do Rosário. A representante do Ministério Público confrontou-a com documentos que mostram que ela, António Carlos do Rosário e Cipriano Mutota são sócios na empresa Jociro International Lda, ao que ela respondeu que a sociedade nunca funcionou.

A uma pergunta do juiz, respondeu ter conhecido o réu Teófilo Nhangumele em 2011, num encontro realizado pelo Comité Organizador dos Jogos Africanos (COJA). Disse ter sido a única vez que o viu e afirmou que não foi informada sobre a partilha de escritórios da MULEPE com a empresa de Nhangumele. Consta do processo que a ré terá informado ao Cipriano Mutota e Teófilo Nhangumele que ela seria a intermediária entre os

dois e o seu esposo Gregório Leão nos assuntos relativos ao projecto de protecção da zona económica exclusiva. Sobre esta questão, a ré disse que nunca abordou o assunto com os dois, pois ela não esteve envolvida no projecto. Ângela Leão afirmou, porém, que Cipriano Mutota terá solicitado que ela fizesse chegar ao seu esposo um envelope selado, sugerindo tratar-se de algo ligado ao projecto. "Levei o envelope ao meu marido. Depois de abrir, ele disse que já tinha visto e que eu não devia mais se meter no assunto".

Em relação ao reu Fabião Mabunda, disse ter o conhecido em 2012 como empreiteiro, e contratou-o para construir e gerir as suas obras. Conhece a empresa M Moçambique Construções Lda, de Fabião Mabunda, e disse que a relação que tinha com a mesma era de empreitadas. "Foi a M Moçambique Construções que construiu algumas casas, mas não gostaria de partilhar esta informação neste lugar". Perguntada quais as obras construídas e geridas pelo reu Fabião Mabunda, Ângela Leão negou de responder, alegando tratar-se de assuntos pessoais e da vida privada.

Apesar de ter afirmado que celebrou vários contratos com Fabião Mabunda relacionados com a construção de casas, a ré nunca os apresentou à Procuradoria-Geral da República (PGR), desde a fase da instrução preparatória. Ontem voltou a dizer que não tem como apresentar documentos porque ela e seu marido estão detidos há quase três (3) anos. Mas o Ministério Público lembrou-a de uma notificação da PGR de 4 de Dezembro de 2018 relativa à necessidade de apresentação de documentos, acrescentando que a ré teve três (3) meses para juntar docu-

mentos, uma vez que ela foi detida em Março de 2019. "Durante esse período foi uma vida de perseguição. Quando um Estado ou Governo te persegue, não é fácil ter tempo para pensar". Mas o Ministério Público lembrou à ré que, estranhamente, o seu advogado conseguiu juntar alguns documentos, "menos os contratos assinados com o senhor Mabunda e provas de pagamento de dinheiro em numerário".

Uma vez que a ré disse que tinha feito muitos pagamentos a Fabião Mabunda em numerário, o juiz perguntou quanto dinheiro pagou no total, ao que respondeu que não gostaria de abordar o assunto. Confirmou ter instruído o reu Fabião Mabunda para transferir quantias de dinheiro ao reu Sidónio Siteo. Perguntado sobre a finalidade do dinheiro, disse que era para pagar um dos imóveis que estava a adquirir de Sidónio Siteo. Questionada se é a vivenda localizada no Bairro Costa do Sol, a ré respondeu que não gostaria de falar sobre os seus meus imóveis no tribunal. "É minha vida privada e não gostaria de expor isso no tribunal".

Mas porque parte do valor recebido do grupo Privinvest foi usado na compra de casas, as perguntas sobre o assunto eram incontornáveis. A ré confirmou ter comprado imóveis de Sidónio Siteo, mas disse que não gostaria de precisar quantos. Consta do processo que Fabião Mabunda transferiu para Sidónio Siteo cerca de 29 milhões de meticais do dinheiro transferido para a M Moçambique Construções pelo grupo Privinvest. Mais tarde repassou o valor para Ângela Leão em pequenas parcelas. Chamada a explicar-se, a ré disse: "Vendeu-me uma casa e mais tarde mudou de ideias, dizendo

que queria morar nela. Como ele queria dar-me em troca uma casa menor, negociamos um novo preço e ele teve que me devolver o valor da diferença". Perguntada se assinou contratos de compra e venda ou de empreitada das casas adquiridas ao reu Sidónio Siteo, respondeu dizendo que assinou alguns.

Aproveitou a sua audição para pedir desculpas aos réus que os considera inocentes, mas que foram detidas apenas porque fizeram negócios com ela. "Gostaria de pedir desculpas ao Sidónio Siteo e à sua família, porque ele ficou detido por me ter vendido imóveis. Dos 19 réus deste processo, oito ficaram detidos só porque tinha relações comigo". Pediu igualmente desculpas ao reu Crimildo Manjate, que o descreveu como empresário que fornecia e montava alumínio nas suas obras. "Ele é mais uma pessoa que foi presa inocentemente apenas porque me vendeu uma ruína. Aproveito para pedir desculpas a ele e à sua família. Ele não fez absolutamente nada".

Confirmou ser dona do projecto de 10 casas no Bairro Costa do Sol e disse que as obras ainda não estão terminadas. Uma parte das obras foi executada pelo reu Fabião Mabunda. O projecto estava orçado em 65 milhões de meticais, mas a ré disse não se lembrar dos valores. "O projecto de condomínio era da irmão Mbanda, mas depois negociamos e passei a fazer parte da sociedade. Ela entrou com espaço e eu mobilizei financiamento para a sua construção, mas as obras não terminaram". Confirmou também ter instruído Fabião Mabunda para transferir mais de 12 milhões de meticais para a sua irmã Mbanda, mas não disse opara que finalidade.



INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: Emídio Beula
Autor: Emídio Beula
Equipa Técnica: Emídio Beula, Ilídio Nhantumbo, Isabel Macamo, Julião Matsinhe, e Ligia Nkavando.
Layout: CDD

Contacto:
 Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
 Telefone: +258 21 085 797

 CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: http://www.cddmoz.org

PARCEIRO PROGRAMÁTICO



PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

